

CAPITAL CONSIG SOCIEDADE DE
CREDITO DIRETO S.A.

Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de
2022

Em Reais

Conteúdo

Relatório de Auditoria	3
Relatório da Administração	8
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Ribeirão Preto, 13 de março de 2023.

RA 059-23

À

Capital Consig Sociedade de Credito Direto S.A.

São Paulo - SP

Atenção da **Diretoria**

Prezados Senhores

Apresentamos o relatório que contém as demonstrações financeiras **Capital Consig Credito Direto S.A.**, do período findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.S.as. para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente.

BLB Auditores Independentes

Escritório de Ribeirão Preto - SP



Rodrigo Garcia Giroldo

Sócio Diretor

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Capital Consig Credito Direto S.A.
São Paulo – SP

Opinião



Examinamos as demonstrações financeiras da **Capital Consig Credito Direto S.A.** ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Capital Consig Credito Direto S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases



1. Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, a Sociedade mantém relações e operações em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, o resultado de suas operações pode ser diferente daquele que seria obtido de transações efetuadas com terceiros. Nossa opinião não contém modificação em virtude desse assunto.

2. Desistência de aumento de capital.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, em dezembro de 2022 a Sociedade recebeu um aporte de aumento de capital social no montante de R\$ 1.545 mil, protocolado no Banco Central em janeiro de 2023. Contudo, no primeiro semestre de 2023 a administração da Sociedade encaminhou ao Banco Central o cancelamento da solicitação de autorização para aumento de capital. Nossa opinião não contém modificação em virtude desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 13 de março de 2023.

BLB
BRASIL
**AUDITORES e
CONSULTORES** BLB Auditores Independentes
CRC 2SP023165/O-2



Rodrigo Garcia Giroldo

CRC 1SP222658/O-9

São Paulo, 31 de dezembro de 2022.

Relatório da Administração

A Capital Consig Sociedade de Crédito Direto S.A, em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V. Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao encerramento do exercício social de 2022. Pretendemos para o próximo exercício manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A empresa vem colocando ênfase em aumentar organicamente sua linha de negócios e produtos. Estas iniciativas serão convertidas em melhores resultados e geração de caixa no primeiro semestre de 2023.

A Diretoria

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	NE	2022	2021		NE	2022	2021
Circulante		10.477	562	Circulante		6.525	209
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	9.008	309	Outras depósitos		1	1
Operações de Crédito	5	86	144	Conta de pagamento pre-paga		1	1
Empréstimos Concedidos		90	145	Outras obrigações		6.524	208
(-) Provisão s/Perdas Oper.Crédito		(4)	(1)	Fiscais e Previdenciárias	8.1	1.012	38
Outros créditos	6	1.317	43	Diversas	8.2	5.512	170
Adiantamentos		75	-	Patrimônio líquido		4.971	1.095
Impostos a compensar		389	41	Capital			
Devedores diversos		853	2	de domiciliados no país	9.a	2.600	2.600
Outros valores e bens		66	66	Aumento de Capital		1.545	-
Despesas Antecipadas		66	66	Reserva Legal	9.b	41	-
Não Circulante		1.019	742	Reserva de lucros		785	-
Imobilizado	7	1.019	742	Prejuízo acumulado		-	(1.505)
		11.496	1.304			11.496	1.304

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Demonstrações de resultados
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	NE	Segundo	Exercício	
		semestre	2022	2021
		2022	2022	2021
Receitas da intermediação financeira	13	8.707	12.710	781
Operações de crédito		66	155	59
Resultado de títulos e valores mobiliários		-	-	32
Receitas de prestação de serviços		1.000	2.607	690
Rendas de cessão de créditos		7.641	9.948	-
Despesas da intermediação financeira		-	(4)	(1)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		-	(4)	(1)
Resultado bruto da intermediação financeira		8.707	12.706	780
Outras receitas (Despesas) operacionais		(5.074)	(9.676)	(2.068)
Receitas de prestação de serviços		-	-	-
Despesas de pessoal		(38)	(119)	(75)
Outras despesas administrativas	15	(4.547)	(8.747)	(3.674)
Despesas tributárias		(383)	(627)	(179)
Outras receitas operacionais	14	-	2	1.982
Outras despesas operacionais		(106)	(185)	(122)
Resultado operacional		3.633	3.030	(1.288)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		3.633	3.030	(1.288)
Imposto de Renda		(507)	(507)	-
Contribuição Social		(191)	(191)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(2)	(1)	-
Lucro/prejuízo líquido do período		2.933	2.331	(1.288)
Número de ações		2.600.000	2.600.000	2.600.000
Lucro/prejuízo líquido do período por ação		R\$ 1,13	R\$ 0,90	R\$ (0,50)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado Abrangente

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Segundo semestre	Exercício	
	2022	2022	2021
Lucro/Prejuízo Líquido:	2.933	2.331	(1.288)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente do Período:	2.933	2.331	(1.288)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

CAPITAL CONSIG SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Segundo	Exercício	
	Semestre	2022	2021
2022	2022	2021	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro/Prejuízo líquido ajustado	3.028	2.507	(1.223)
Lucro/Prejuízo líquido	2.933	2.331	(1.288)
Ajustes:			
Depreciação	95	172	64
Ajustes de avaliação patrimonial	-	4	1
(Aumento) Diminuição nos subgrupos do ativos operacionais	(397)	(1.220)	1.746
Títulos e valores mobiliários	-	-	-
Depósito para capital - Banco Central do Brasil	450	-	2.000
Operações de crédito	158	54	(145)
Outros créditos	(1.005)	(1.274)	(43)
Outros valores e bens	-	-	(66)
Aumento (Diminuição) nos subgrupos do passivos operacionais	5.427	6.316	(8)
Outras obrigações	5.427	6.316	(8)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.058	7.603	515
Aquisição de ativo imobilizado	(407)	(448)	(806)
Participações no lucro	-	-	-
Baixas investimentos	-	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(407)	(448)	(806)
Dividendos distribuídos	-	-	-
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	-
Aumento de Capital Social	1.094	1.544	600
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	1.094	1.544	600
Aumento em equivalentes de caixa	8.745	8.699	309
Equivalentes de caixa			
No início do período	263	309	-
No final do período	9.008	9.008	309
Aumento em equivalentes de caixa	8.745	8.699	309
As notas explicativas integram as demonstrações contábeis			

CAPITAL CONSIG SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.*Demonstrações financeiras
em 31 de Dezembro de 2022***Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)**

	Capital	Reservas de lucros		Lucros	Total
		Reserva legal	Reserva especial de lucros	ou (Prejuízos) Acumulados	
Saldos em 1º de julho de 2022	3.050	-	-	(2.107)	943
Outros eventos:					
Devolução de Aumento de capital Social	(450)	-	-	-	(450)
Aumento de capital Social	1.900	-	-	-	1.900
Capital Social a Integralizar	(355)	-	-	-	(355)
Lucro líquido do semestre				2.933	2.933
Destinações:					
Reserva legal	-	41	-	(41)	-
Outras reservas	-	-	785	(785)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.145	41	785	-	4.971
Mutações no período	1.095	41	785	2.107	4.028
Saldos em 1º de janeiro de 2022	2.600	-	-	(1.505)	1.095
Outros eventos:					
Capital Social	1.900	-	-	-	1.900
Capital Social a Integralizar	(355)	-	-	-	(355)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	2.331	2.331
Destinações:					
Reserva legal	-	41	-	(41)	-
Outras reservas	-	-	785	(785)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.145	41	785	-	4.971
Mutações no período	1.545	41	785	1.505	3.876
Saldos em 1º de janeiro de 2021	2.000	-	-	(217)	1.783
Outros eventos:					
Capital Social	600	-	-	-	600
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(1.288)	(1.288)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.600	-	-	(1.505)	1.095
Mutações no período	600	-	-	(1.288)	(688)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em R\$ Mil)

1 Contexto operacional

A **CAPITAL CONSIG SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.** (“**CAPITAL CONSIG**”), CNPJ nº 40.083.667/0001-10, iniciou suas atividades no ano de 2020, tendo seu endereço atual de registro e funcionamento da sede na Avenida Regente Feijó, nº 944, Sala 1505, bloco A, no bairro Vila Regente Feijó, na cidade de São Paulo, estado do São Paulo.

A **CAPITAL CONSIG** - é instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio.

A Companhia, em 13 de novembro de 2020, recebeu a autorização para funcionamento do departamento de organização do sistema financeiro, Bacen, conforme publicado no diário oficial da União.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, aprovadas pela Diretoria em 13 de março 2023, estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis nas circunstâncias, a lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976 e as normas e instruções do BACEN. São apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê e Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: (CPC 00 (R1), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10(R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1) e 46.

b. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Reais (R\$), sendo o Real a moeda funcional da **CAPITAL CONSIG**, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

(i) *Títulos e Valores Mobiliários*

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos*

A **CAPITAL CONSIG** reconhece os créditos concedidos e demais recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da cessão.

A **CAPITAL CONSIG** desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a **CAPITAL CONSIG** transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela **CAPITAL CONSIG** em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a **CAPITAL CONSIG** tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A **CAPITAL CONSIG** classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

(iii) *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do

reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a **CAPITAL CONSIG** gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentados pela companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(iv) Contas a receber de empréstimos e financiamentos

Contas a receber de créditos sob a forma de empréstimos e financiamentos são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os saldos não liquidados no período contratual são reclassificados para outras operações e mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(v) Provisão de devedores duvidosos

As operações de empréstimos e financiamentos são classificadas, em ordem crescente de risco e faixas de vencimentos, e são efetuadas com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, nos moldes da Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, pontualidade e atrasos nos pagamentos e limite de crédito;

II - em relação à operação: natureza e finalidade da transação e valor.

As provisões são constituídas em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos.

(vi) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela **CAPITAL CONSIG** na gestão das obrigações de curto prazo.

(vii) Passivos financeiros não derivativos

A **CAPITAL CONSIG** reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a **CAPITAL CONSIG** se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A **CAPITAL CONSIG** desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

(viii) Capital social

O capital social é representado por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

d. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham

ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à **CAPITAL CONSIG** em condições as quais esta não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Para as operações com créditos adquiridos a **CAPITAL CONSIG** identifica os clientes que apresentam evidências de perdas na expectativa de recebimento e atribui um percentual de provisionamento para eventuais perdas.

e. Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

f. Ativos e passivos contingentes

Referem-se a direitos e obrigações decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. Procedem, basicamente, de processos judiciais movidos por terceiros. Essas contingências são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e também de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

g. Imposto de renda e contribuição social

A **CAPITAL CONSIG** está sob o regime tributário de lucro real, e se sujeita ao imposto de renda à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240.000 anuais. Do mesmo modo, se sujeita à contribuição social na alíquota de 9% sobre o lucro contábil, ajustado conforme a legislação vigente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Conta corrente	9.008	309
	<u>9.008</u>	<u>309</u>

5 Operações de Crédito

Estão representados por operações de crédito sob a forma de empréstimos, que totalizaram R\$ 90 (2021 - R\$ 145).

Na data-base houve constituição de provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito, e que representa a melhor estimativa da Administração para perdas com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 4 (2021– R\$ 1).

CLASSIFICAÇÃO DA CARTEIRA POR NÍVEIS DE RISCO

níveis	Situação	31/12/2022		31/12/2021	
		operações	Provisão	operações	provisão
		90	4	145	1
Nível A	em dia	87	-	145	1
Nível B	atrasos até 30 dias	-	-	-	-
Nível C	atrasos de 31 a 60 dias	-	-	-	-
Nível D	atrasos de 61 a 90 dias	-	-	-	-
Nível E	atrasos de 91 a 120 dias	-	-	-	-
Nível F	atrasos de 121 a 150 dias	-	-	-	-
Nível G	atrasos de 151 a 180 dias	-	-	-	-
Nível H	atrasos de 181 a 360 dias	3	4	-	-

6 Outros Créditos

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Impostos a compensar</u>		
Impostos recolhidos a maior	389	41
	389	41
<u>Outros créditos:</u>		
Adiantamentos a Fornecedores	75	2
Cessão de Créditos	540	-
Valores a receber de convênios	4	-
Devedores Diversos	309	-
	928	2
	1.317	43

7 Imobilizado e Intangível

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2022			31/12/2021
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Mobiliários	10%	267	(48)	219	237
Computadores e Periféricos	20%	244	(75)	169	184
Benfeitorias	20%	322	(64)	258	256
Total		833	(187)	646	677

	Taxas anuais de amortização	31/12/2022			31/12/2021
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangíveis (i)	20%	422	(49)	373	65
Total		422	(49)	373	65

(i) Durante o segundo semestre de 2022 houve a aquisição de software no valor de R\$ 335.

8 Outras Obrigações

8.1 Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre operações financeiras (a)	167	15
Imposto de renda	507	-
Contribuição Social	191	-
Impostos e contribuições sobre salários	2	1
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	17	3
PIS, a COFINS e ISS próprio	128	19
	1.012	38

(a) Refere-se ao imposto sobre operações financeiras – IOF retidos dos clientes tomadores de empréstimos

8.2 Diversas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para pagamento a efetuar – Despesas com pessoal	8	7
Outras despesas administrativas (i)	-	155
Valores a serem devolvidos a clientes	42	-
Valores a serem devolvidos aos sócios	230	-
Credores diversos – País	357	8
Repasse de Valores	4.875	-
	<u>5.512</u>	<u>170</u>

- (i) Refere-se a provisão de pagamento a efetuar ao fornecedor referente a elaboração do sistema e serviços advocatícios.
- (ii) Refere-se ao saldo de repasse de valores pendente para o mês de janeiro de 2023.

9 Patrimônio líquido

a- Capital social

Em 26 de dezembro de 2022, foi realizada uma assembleia geral extraordinária deliberando pelo aumento de capital no valor de R\$ 1.900 (um milhão e novecentos mil reais). Com isso, o capital social passaria de R\$ 2.600 (dois milhões e seiscentos mil reais) para 4.500 (quatro milhões e quinhentos mil reais), representado por 4.500.000 (quatro milhões e quinhentas mil) ações nominativas e sem valor nominal, sendo integralizado até 31 de dezembro de 2022 o total de R\$ 1.545 (um milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil reais). A solicitação de autorização para a realização de tal ato societário foi realizada em 3 de janeiro de 2023.

b- Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Diante o lucro líquido apresentado no período de 2022 a constituição da reserva legal foi no valor de R\$ 41 (R\$ - em dezembro de 2021.)

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Impostos Diferidos - Créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social

A CAPITAL CONSIG possui direitos sobre compensação de prejuízos fiscais acumulados no montante de R\$ 422 (R\$ 1.505 em dezembro de 2021), porém não constituiu ativos diferidos desta natureza.

11 Provisão para contingências

A Administração não identificou montantes a serem provisionados, porém os assessores jurídicos identificaram o monte de R\$ 83 a serem divulgados em nota explicativa como causa possível de contingências com processos judiciais.

Essas informações foram obtidas seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

12 Partes Relacionadas

As partes relacionadas foram definidas pela Administração como sendo os seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme o pronunciamento técnico CPC 05.

A CAPITAL CONSIG realizou no período transações com partes relacionadas no montante demonstrado abaixo:

a. Partes relacionadas

<i>Partes Relacionadas</i>	<i>Natureza</i>	<i>Grau de Relação</i>	<i>31/12/2022</i>	<i>31/12/2021</i>
Capital Consig Holding S.A.	Prest. Serv.	Controlador	-	167

b. Partes relacionadas – Resultado

<i>Partes Relacionadas</i>	<i>Natureza</i>	<i>Grau de Relação</i>	<i>31/12/2022</i>	<i>31/12/2021</i>
Dig Consig.	Prest. Serv.	Empresa Ligada	2.212	2.343

13 Receitas da Intermediação Financeira

As receitas de operações de crédito estão representadas, substancialmente, pelo reconhecimento dos juros aplicados sobre as operações de crédito concedidas pela CAPITAL CONSIG.

As receitas com títulos e valores mobiliários também fazem parte das receitas de intermediação financeira as rendas decorrentes da aplicação de recursos disponíveis, reconhecendo no período os juros incorridos.

Por fim, as receitas de prestação de serviços, estão representadas pelas tarifas cobradas de seus clientes nas operações realizadas no ano.

CAPITAL CONSIG SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de Dezembro de 2022

	Segundo Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Rendas de Operações de Crédito	66	155	59
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	32
Receitas de prestação de serviços	1.000	2.607	690
Rendas de cessão de créditos	7.641	9.948	-
	8.707	12.710	781

14 Outras Receitas operacionais

	Segundo Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Outras Receitas Operacionais	-	2	1.982
	-	2	1.982

15 Outras Despesas administrativas

As receitas demonstradas em outras rendas operacionais decorrem, substancialmente, do resultado auferido na venda de operações de crédito no exercício.

	Segundo Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Aluguel	(175)	(344)	(249)
Processamento de dados	(692)	(1.334)	(425)
Serviços técnicos especializados	(779)	(3.247)	(2.310)
Comunicação	(7)	(14)	(6)
Serviços do sistema financeiro	(13)	(24)	(7)
Materiais de escritório	(-)	(6)	(7)
Serviços de terceiros	(2.567)	(3.309)	(478)
Propaganda e Publicidade	(-)	(3)	(45)
Outras despesas administrativas	(314)	(466)	(147)
	(4.547)	(8.747)	(3.674)

16 Outras informações

- a. Provisões para pagamentos a efetuar:** O saldo refere-se a provisões para pagamento de fornecedores referentes a despesas administrativas contratadas, com vencimento no primeiro semestre de 2023.
- b. Refis -** No período de 11 de dezembro de 2020 (abertura da sociedade) até 31 de dezembro de 2022 a **CAPITAL CONSIG** não efetuou operações com refinanciamentos tributários.
- c. Instrumentos financeiros derivativos -** No período de 11 de dezembro de 2020 (abertura da sociedade) até 31 de dezembro de 2022 a **CAPITAL CONSIG** não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

17 Estrutura de gerenciamento de riscos

As Sociedades de Crédito Direto – SCD, estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Sociedade deve contar com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar a solidez e perenidade da Sociedade.

De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos devem, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, minimizar a ocorrência de risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez e fazer o gerenciamento de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos, através de área de Gestão de Riscos, com reportes a alta administração da Sociedade.

A **CAPITAL CONSIG** pauta sua atuação no gerenciamento de riscos, nas orientações e princípios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, que dissemina padrões mínimos a serem observados nos processos de gerenciamento de riscos e do estabelecimento das necessidades de capital das instituições financeiras.

Para a gestão de risco, a **CAPITAL CONSIG** mantém uma estrutura de comitê composto pelos principais executivos da sociedade.

A governança corporativa da **CAPITAL CONSIG** no que diz respeito ao gerenciamento de risco tem seu principal pilar na segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizado. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

As definições para os riscos que estão sujeitos a instituição são:

a. Risco de Mercado

Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação.

A **CAPITAL CONSIG** não tem posições em seus ativos ou passivos, sujeitas a oscilações significativas de mercado, uma vez que ativos e passivos estão, normalmente, sujeitos aos mesmos indexadores.

b. Risco de Crédito e Contraparte

A **CAPITAL CONSIG**, em linha com as melhores práticas de mercado e as recomendações do Regulador, optou pela constituição de uma equipe independente para exercer o controle do Risco de Crédito, resguardando-se de potenciais conflitos de interesse durante a execução destas atividades.

O Risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco tomador, a redução de ganhos ou remuneração, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O papel da **CAPITAL CONSIG** na gestão de crédito é buscar oportunidades com adequado risco versus retorno em qualquer ativo ou contraparte. É papel da **CAPITAL CONSIG** realizar o monitoramento (analisar, aprovar, definir limites e regras de acompanhamento) periódico da carteira e recomendar a concessão de créditos de acordo com a política interna.

A análise e aprovação de cada tomador, contraparte e em alguns casos da operação ou do ativo de crédito é feita pelo **Comitê de Crédito**.

O comitê avalia e aprova, define limites por emissores, setores e das operações conforme o caso. Também cabe ao comitê analisar o prêmio de risco mínimo necessário.

A periodicidade do comitê é semanal, todas as sextas-feiras e, inclui a participação dos Diretores de Risco, Compliance, Gestão e mais dois sócios e analistas.

O processo utilizado pelo comitê consiste na realização de análise de indicadores financeiros do devedor, da governança da empresa e da estrutura do crédito, que é feita através de materiais da emissão e demais informações disponíveis ou necessárias. Além disso, são feitas reuniões com os bancos coordenadores da emissão e eventualmente com diretores/gerentes financeiros do emissor. De acordo com metodologia própria o emissor passa a ser qualificado pelo “Score **CAPITAL CONSIG**”, que leva em conta o Rating do emissor (fornecido pelas agências de rating), e uma série de indicadores financeiros, que avaliam a instituição quanto a tamanho, liquidez e nível de endividamento.

Na análise final o crédito é aprovado ou reprovado no comitê. O Diretor de risco e outro sócio possuem voto obrigatório com poder de veto. Se aprovado é definido o limite de crédito para a alocação e definição de prazos para revisão e rateios/índices de acompanhamento. Após a aprovação o crédito passa a constar na Matriz de Crédito **CAPITAL CONSIG** para consulta e monitoramento

Em relação ao Risco de Contraparte, a **CAPITAL CONSIG** busca negociar prioritariamente ativos com bom histórico de liquidez. Os clientes são selecionados com base em critérios qualitativos, tanto no que tange a qualidade das informações, quanto pela robustez da instituição.

c. Riscos de Liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, assim como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar ao preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Na **CAPITAL CONSIG**, o Risco de Liquidez consiste na possibilidade de restrição da demanda pelos ativos integrantes da sua carteira. Assim, o risco de liquidez é avaliado pela capacidade de liquidar um ativo ou portfólio, e pelo impacto nos preços de mercado decorrentes da liquidação do mesmo. Além disso, deve-se avaliar a capacidade de gerar recursos para o cumprimento das obrigações decorrentes dos passivos.

Assim, os riscos de liquidez são separados em:

- **Risco de Liquidez de Fluxo de Caixa:** refere-se ao perfil de descasamento do passivo e ativo de um fundo;
- **Risco de Liquidez de Mercado:** é o risco de incorrer em perdas ao liquidar uma ou mais posições devido a variações dos preços dos ativos. Quanto maior for o prazo necessário para liquidar uma posição, maior o seu risco.

A **CAPITAL CONSIG** é uma sociedade de crédito que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios relacionados a operações de crédito consignado, sendo assim no caso de operações de crédito com seus clientes que pertençam a um grupo econômico, definem-se os limites de liquidez dos ativos que serão constituídos, conforme o perfil de risco do grupo econômico.

Já a liquidez de mercado é monitorada e avaliada conforme o segmento de mercado de atuação dos clientes tomadores de crédito. Avalia-se a capacidade de liquidez do setor como um todo, monitorando as projeções econômicas e o desenvolvimento realizado nos últimos anos.

d. Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A **CAPITAL CONSIG** busca investir em desenvolvimento de sistemas e controles internos, visando limitar a ocorrência de falhas nos processos que possam gerar perdas para a empresa, mitigando assim, os Riscos Operacionais.

Rotinas de backup de sistemas, ferramentas e base de dados são realizadas diariamente pela área de TI para garantir a recuperação de dados de forma rápida e precisa das informações e de ferramentas de uso por parte da gestão.

A Diretoria tem como função assegurar o cumprimento das Regras, Políticas e Procedimentos Internos, assim como adequação dos procedimentos internos as leis e regulamentação aplicáveis pelo, Banco Central do Brasil e demais órgãos ou entidade de auto regulação. Tem a responsabilidade de divulgar e treinar continuamente os colaboradores para garantir a adequação, fortalecimento e o funcionamento do sistema de controles internos da **CAPITAL CONSIG** e a constante avaliação e revisão dos procedimentos internos a fim de minimizar preventivamente eventuais riscos operacionais, potenciais situação de conflitos de interesse, falhas de segurança, o uso inadequado de autoridade e qualquer outro descumprimento ao Código de Ética e de Conduta e demais Políticas Internas.

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

(ii) Rendas a receber de clientes, outros créditos a receber, fornecedores e outras contas a pagar

Apresentado ao valor histórico que Administração entende que se aproxima do seu valor de mercado em função do curto prazo de vencimento.

(iii) Aplicações financeiras

O valor justo das aplicações financeiras é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Não havendo cotação de mercado, o valor justo é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

a. Risco de taxa de juros e inflação

Decorre da possibilidade de a **CAPITAL CONSIG** sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

De acordo com suas políticas financeiras, a **CAPITAL CONSIG** não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a **CAPITAL CONSIG** sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2022, os principais saldos expostos a riscos de créditos são aplicações financeiras conforme demonstrado no balanço patrimonial.

c. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a **CAPITAL CONSIG** poderia utilizar para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a **CAPITAL CONSIG** monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

d. Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a **CAPITAL CONSIG** usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A **CAPITAL CONSIG** reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras consolidadas em que ocorreram as mudanças.

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado:

31 de dezembro de 2022

Ativos/(passivos) financeiros a custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Operações de créditos	-	86	-	86
Total ativos financeiros a custo amortizado	-	86	-	86
Outras Obrigações	-	6.524	-	6.524
Total passivos financeiros a custo amortizado	-	6.524	-	6.524

31 de dezembro de 2021

Ativos/(passivos) financeiros a custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Operações de créditos	-	144	-	144
Total ativos financeiros a custo amortizado	-	144	-	144
Outras Obrigações	-	208	-	208
Total passivos financeiros a custo amortizado	-	208	-	208

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, não houve transferência entre os níveis de hierarquia de valor justo.

18 **Eventos Subsequentes**

Em 26 de dezembro de 2022, foi realizada uma assembleia geral extraordinária deliberando pelo aumento de capital no valor de R\$ 1.900, tendo sido solicitada autorização para a realização de tal ato societário em 3 de janeiro de 2023. Em 15 de março de 2023, a Capital Consig desistiu de tal pleito perante o Banco Central e requereu seu arquivamento.

SÉRGIO FERRAZ DOS SANTOS
CONTADOR
CRC – 1SP179881/O-5

SVEN STEFAN PADRE KUHN
DIRETOR
CPF 321.728.368-69